

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL/RS

Juliana Rieger Bortolin¹
Cleusa Teresinha Anschau²

RESUMO

Este artigo estuda a importância do Programa Nacional ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Tem por objetivo analisar o impacto sócio econômico influenciado pelos recursos vindos do PRONATEC ao município de Entre Rios do Sul/RS. Recursos financeiros destinados aos jovens com idade entre 15 à 18 anos, todos matriculados nos cursos oferecidos pelo programa, no período compreendido de setembro de 2013 à dezembro de 2014. A pesquisa está pautada nos dados da Secretaria de Cidadania e Promoção Social do município e, utilizou-se da metodologia exploratória para análise qualitativa. Podemos destacar a importância da qualificação profissional para estes jovens em busca do primeiro emprego, bem como, o valor de recursos gerados no município através da execução do PRONATEC. Por fim, percebe-se a necessidade da criação de espaços no município que encaminham esses jovens qualificados ao mercado de trabalho, mas, para além da qualificação haja incentivo e, acesso ao Micro Crédito.

Palavras-chaves: Educação de Jovens. Qualificação Profissional. PRONATEC.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista por meio da exploração do trabalho e formas de acumulação o capital, contribuem para o aumento da desigualdade e exclusão social. O estímulo a qualificação profissional oferece ao cidadão a oportunidade de transcender a vulnerabilidade social e aos grupos sociais de participarem do circuito de produção de bens e serviços.

No Brasil o processo de qualificação profissional teve início em meados da década de 1940, com a criação do sistema “S”, Sistema Nacional de Aprendizagem

¹ Graduada em Serviço Social pela Unochapecó. Artigo Esse artigo visa a obtenção do título de especialista em Família: Representações Sociais e Práticas Profissionais pela UCEFF Faculdades.

² Economista, Especialista em Gestão do Agronegócio e Mestre em Ciências Ambientais pela Unochapecó Docente da graduação e Pós Graduação da UCEFF Faculdades. cleusaanschau@uceff.edu.br.

Comercial (SENAC) e o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que buscavam atender a demanda da força de trabalho crescente da época.

O Ministério da Educação (MEC) criou a Lei nº 5692/71 que contribuiu no processo de regularização o redirecionamento do ensino com vistas à preparação para o mercado de trabalho, fixando diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Com o passar do tempo, o trabalhador passou por diversos processos de requalificação profissional, onde, além da realização das tarefas técnicas, precisa de técnicas sócias e de trabalho em equipe.

A criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado por meio da LEI nº 12.513/11 tem por objetivo principal democratizar o acesso à população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica de qualidade. Desta forma, o programa vincula as bases teóricas, técnicas profissionais e de postura profissional, a fim de oportunizar oportunidades de trabalho e melhoria de vida a população brasileira.

Assim, a pesquisa realizada buscou analisar o impacto sócio econômico gerado pelo PRONATEC no município de Entre Rios do Sul/RS, tendo em vista que este possui a população total de 3.080 habitantes.

Além disso, buscou-se analisar a quantidade de cursos e vagas disponibilizados, com suas respectivas cargas horárias, no período de 15 meses (setembro de 2013 à dezembro de 2014), matrículas efetivas na rede de ensino público, perfil sócio econômico dos alunos, número de desistências e o valor financeiro gerado pelos alunos que concluíram seus respectivos cursos.

Após análise dos dados, verificou-se a importância do programa para a qualificação destes jovens que estão em busca de inserção junto ao mercado de trabalho. Além disso, o recurso recebido pelos alunos por meio do auxílio da bolsa formação é gasto pelos mesmos junto ao comércio local e, desta forma, fomenta a economia do município.

Ressalta-se ainda a importância da criação de espaço junto ao Poder Público Municipal para o incentivo e acesso de crédito para criação de micro empreendedores e, bem como, o encaminhamento de currículos dos profissionais qualificados para empresas da região.

2 DESIGUALDADES E EXCLUSÃO SOCIAL

A partir da acumulação do capital e as formas de exploração do trabalho surge à desigualdade. Em outras palavras, à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo, a empresa moderniza-se, junto com ela o processo de produção, a gestão do trabalho e assim, a acumulação de capital³.

Dois exemplos clássicos são o Taylorismo⁴ com sua gerência Científica e a revolução técnica como Fordismo⁵, onde ambos apresentam novos e diferentes processos de trabalho e, também uma nova distribuição ocupacional da população empregada.

Argumenta-se que as mudanças técnico-organizacionais são imprescindíveis a inserção dos países periféricos a economia internacional, ignorando-se as especificidades de cada um. Ao igualar todos os países sugere-se que há viabilidade para todos, que todos podem ser igualmente desenvolvidos, o que contraria a lógica do capital. Os países com maior capacidade de centralização e concentração exploram as desigualdades nacionais e aproveitam todas as vantagens oferecidas pela re-estruturação produtiva do capital, enquanto os demais se submetem a uma hierarquia econômica e política e sofrem os efeitos dessa dominação. (TAVARES, 2009, p. 251).

Desta forma, não basta igualar os diferentes países, como se todos possuíssem o mesmo potencial. Torna-se necessário a avaliação das particularidades, para então criar formas de desenvolvimento de suas habilidades e capacidades⁶ (SEN, 2000).

Outro fator que leva-se em consideração ao nos referirmos a desigualdade, é a situação de pobreza, pois esta ela é um dos indicadores que definem a classificação do país desenvolvido ou em desenvolvimento.

³ Advindo da sociedade capitalista onde o trabalho vende sua força de trabalho e o mercado tende a aumentar seus lucros e seu capital.

⁴ A partir do Taylorismo o trabalho industrial foi fragmentado, e cada trabalhador passou a exercer uma atividade específica no sistema industrial. A organização foi hierarquizada e sistematizada, e o tempo de produção passou a ser cronometrado.

⁵ Esse método consistia em aumentar a produção através do aumento de eficiência e baixar o preço do produto, resultando no aumento das vendas que, por sua vez, iria permitir manter baixo o preço do produto.

⁶ Capacidade e habilidades que cada ser humano possui, afim de atingir o bem estar próprio, influenciar mudanças sociais, e produção econômica.

A pobreza pode ser definida, não só como a ausência econômica e material, como falta de alimentação, moradia e outros bens materiais, mas também pela carência de emprego, de direitos⁷ e/ou possibilidade de participar do mercado de consumo.

Segundo YAZBEK apud ARREGUI, WANDERLEY (2009, p.145):

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como: saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões entre outros. Na caracterização de pobreza é de fundamental importância os recursos a análises sociológicas e antropológicas, tendo em vista a situar a questão no âmbito mais abrangente, abordando causas e consequências sociais da pobreza.

Segundo o autor Sen (2008), ainda na concepção do fator pobreza, que desencadeia a desigualdade, devemos avaliar a liberdade e as potencialidades de cada indivíduo, ou seja, para além das possibilidades econômicas e materiais efetivas, as possibilidades que cada pessoa possui, para eliminar privações de liberdade e buscar conhecer suas capacidades. Portanto, podemos nos referir a igualdade como desenvolvimento de capacidades, enquanto liberdade de escolha.

Sen (2008) define esta teoria de liberdade e desenvolvimento de capacidade, apontando para as características diversas dos seres humanos. Segundo SEN (2008, p. 141):

Os seres humanos são diferentes, mas diversos de diferentes modos. Nós entendemos muito melhor as implicações éticas e políticas desta diversidade como resultado da análise rawlsiana⁸ da justiça como equidade. Mas existe uma outra importante diversidade – variações no nosso potencial (ability) para converter recursos em liberdade substantiva. Variações relacionadas como sexo, idade, dotes genéticos, e muitos outros traços, nos dão poderes bastante divergentes para fazer da liberdade um constituinte de nossas vidas, mesmo quando temos o mesmo pacote de bens primários⁹.

⁷ Conforme Constituição Federal (1988) em seu Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

⁸ Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar.

⁹ Matéria prima ou bens que ainda não sofreram nenhum tipo de transformação.

Levando-se em consideração as características individuais de cada ser humano, o Estado¹⁰ por sua vez, tem o papel fundamental de garantir condições mínimas para o “empoderamento¹¹” dos indivíduos, ou seja, auxiliar na capacitação do exercício da autonomia.

Esta contribuição pode ser oferecida por meio de Políticas Públicas ligadas a Educação e Serviço de Saúde Pública de qualidade, por exemplo, que possam garantir a prevenção de situação de vulnerabilidade e riscos sociais¹², bem como contribuir para a melhoria na qualidade de vida, e fortalecendo a cidadania.

O argumento dos “bens públicos” para que se vá além do mecanismo de mercado suplementa as razões para a provisão social originadas da necessidade de capacidades básicas, como no caso dos serviços básicos de saúde e das oportunidades educacionais elementares. Assim, considerações sobre a eficiência suplementam o argumento em favor da equidade quando se defende a assistência pública na provisão de educação básica, serviços de saúde e outros bens públicos (ou semipúblicos). (SEN, 2000, p.155).

Assim, essas políticas públicas devem promover a promoção e equidade social, de forma a oportunizar a capacidade de cada indivíduo. Além disso, outras Políticas Públicas devem funcionar de forma a incluir grupos sociais a participar dos circuitos de produção de bens, serviços e direitos existentes na sociedade, oferecendo condições de qualificação profissional, que venha a criar possibilidades do indivíduo transcender a vulnerabilidade social.

2.1 Resgate histórico da qualificação técnica e profissional no Brasil

Por muito tempo, o processo de aprendizado se dava por meio da prática, ou seja, aprendia-se fazendo, assim, não caracterizava-se como processo formal de educação. Este modelo educacional advém do período de colonização do Brasil, conforme Lima (2012, p. 02)

¹⁰ Segundo a Constituição Federal (1988) o Estado Democrático é destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

¹¹ Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.

¹² Exposição a pobreza, exclusão social, e falta de garantia de direitos básicos como alimentação, moradia, educação e saúde.

[...] toda a educação que visava formar profissionais que não estavam diretamente ligados a produção mercantil, se dava na formação pela experiência prática e quando muito em escolas ligadas às ordens religiosas, em instituições de caráter filantrópico ou em sociedades de ajuda mútua. (LIMA, 2012, p.02)

No século XX foram criadas as primeiras escolas de aprendizes e artífices direcionadas para as camadas populares, estas por sua vez, não davam acesso ao ensino superior, que era direcionado para os filhos da elite. “As escolas profissionalizantes sempre cumpriram a função de reprodução da força de trabalho¹³”. (LIMA, 2012, p. 03).

Em meados da década de 1940, começam a surgir as escolas técnicas no Brasil, na tentativa de organizar a educação. Neste período nasce o sistema “s” Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – (SENAI). Ambos visam a profissionalização, sendo que o SENAC voltado para as técnicas do comércio e o SENAI com foco em atividades industriais. Conforme NEVES e PRONKO apud SALDANHA (2003, p. 04):

As décadas de 1930 e 1940 constituíram o marco cronológico específico para o desenvolvimento dos debates em torno da implantação do ensino técnico-profissional e da definição das modalidades que deveriam integrá-lo, como parte de uma crescente ação reguladora do Estado sobre o mercado e as relações de trabalho. Uma de suas conseqüências mais importantes paradoxalmente, foi a privatização de uma parcela fundamental daquele tipo de formação: criação em 1942 do SENAI. Dessa forma, estabelecia-se uma distinção fundamental entre as escolas industriais de nível médio e caráter tecnológico, destinadas ao trabalho complexo e o ensino profissionalizante, representado pelos cursos de aprendizagem e de formação básica (treinamento), orientado para a formação de cursos de direta e imediata da força de trabalho que se preparava crescentemente a vida urbano-industrial do país.

Segundo Lima (2012), a partir da década de 1970 a legislação educacional brasileira busca legitimar suas ações no modelo de organização da produção, baseadas no fordismo/taylorismo, ou seja, formação para a linha de produção em série, com técnicas rígidas e movimentos calculados.

Em 1971 o Ministério da Educação (MEC) criou a Lei 5692/71 que possuía em sua ordem “fixar diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2ª graus”, buscava redirecionar o ensino para potencializar o mercado de trabalho, preparando um número suficiente de alunos para atender a demanda que o país precisava.

¹³ Segundo Iamamoto (2007), a produção Social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p.27).

Com a crise geral dos anos de 1980¹⁴, o Brasil travava a batalha política em torno da aprovação de uma nova lei de diretrizes para a educação. A proposta da nova lei começou a tramitar no congresso nacional em 1988, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Movimento.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a LEI 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Neste processo o trabalhador passou pelo processo da re-qualificações, dentre elas técnicas e de comportamento social, como aptidão para o trabalho em equipe.

Com base na nova forma de produzir, que fundamentou as reformas educacionais dos anos de 1990, especialmente a do ensino técnico, a formação do trabalhador hoje para o capital requer um homem com múltiplas funções: flexível, polivalente, qualificado, mas desespecializado, que saiba trabalhar em equipe, que tenha capacidade de raciocínio abstrato e uma compreensão do processo produtivo, um trabalhador diferente do exigido no modelo produtivo anterior (fordismo). (LIMA, 2012, p.08)

Assim sendo, o novo trabalhador precisa de maior tempo de escolarização e formação, para atender as demandas e exigências internas do mercado produtivo, e inclusive de organismos internacionais.

2.2 Políticas Públicas Brasileiras: O Sistema Único de Assistência Social

A Constituição Federal do Brasil de 1988 define que a Seguridade Social é constituída pelas Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Em seu art. 203 preconiza que a “assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social.” (Brasil, 1988).

Assim, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, estabelece princípios e objetivos, bem como, define o público alvo das Políticas de assistência social, sendo eles: cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos. Tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultura e sexual;

¹⁴ Os anos 80 são chamados de década perdida no que se refere ao desenvolvimento econômico. Vivido pelo Brasil e por outros países da América Latina, esse período de estagnação formou-se com uma retração agressiva da produção industrial. Na maioria destas nações, os anos 80 são o mesmo que crise na economia, inflação, crescimento baixo do Produto Interno Bruto (PIB), volatilidade de mercados e aumento da desigualdade social.

desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou acesso as demais políticas públicas, dentre outros.

O público alvo identificado desta política possui seus dados registrados por meio do instrumento denominado de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, onde cada indivíduo cadastrado possui um Número de Identificação Social (NIS), que visa garantir a regra da unicidade dos registros de pessoas no sistema (MDS, 2014).

O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos total. Tem como objetivo unificar os dados das famílias beneficiárias de programas federais, possibilitando o conhecimento da realidade socioeconômica dessas famílias, consolidando informações de todo núcleo familiar e de cada um dos componentes da família. (JANOVIK, 2013, p.52).

Por meio do Cadastro Único e o NIS, o cidadão poderá se inscrever junto a Programas Habitacionais do Governo Federal, inscrição junto a Universidades Federais para cursos de Graduação, redução nas tarifas de água e energia elétrica e ao Programa Bolsa Família, este ultimo possui como foco, famílias em situação de pobreza extrema¹⁵. Além disso, com o número do NIS o cidadão tem preferência para inscrever-se junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – (PRONATEC).

2.3 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

A Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), tem por objetivo principal democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de qualidade. Em seu artigo 1º, a lei nos trás como premissa:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL, 2011, p. 01).

¹⁵ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) considera pobreza extrema cidadãos que vivem com menos de R\$ 70,00 mensais.

A ampliação de vagas e a expansão das redes estaduais de educação profissionais preveem a oferta, pelos estados, de Ensino Médio concomitante com a Educação Profissional, a partir do Programa Brasil Profissionalizado, com convênios com os estados e município que estão habilitados para execução, ou seja, aqueles que realizaram pactuação do PRONATEC. Os objetivos específicos do Programa são:

Parágrafo único. São objetivos do PRONATEC:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011, p. 03).

Para sua efetivação, o PRONATEC possui parceria, por meio da celebração de convênios com Institutos Federais de Educação e o sistema “S”, SENAC, SENAI e SEST/SENAT que são responsáveis pela realização dos cursos.

Os recursos investidos no Programa são oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que garantem a gratuidade dos cursos, infraestrutura e equipamentos necessários para o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, o Sistema “S” recebe os recursos necessários e tem por obrigação repassar aos alunos inscritos no programa o valor referente à Bolsa-Formação¹⁶, que os auxilia com alimentação e transporte para que os mesmos possam frequentar as aulas.

A Bolsa-Formação é uma iniciativa que visa possibilitar o acesso a cursos presenciais, a serem realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e por unidades dos Serviços Nacionais de Aprendizagem integrantes do Sistema S. (CASSIOLATO, GARCIA, 2014, p.36).

Assim sendo, o programa incentiva o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, seja para quem está em preparação para o mercado de trabalho e o primeiro

¹⁶ Conforme determinada na Lei 12.513/2011 cada aluno receberá o valor de R\$ 2,00 (dois reais) por hora aula frequentada.

emprego, ou para os trabalhadores que estão empregados e buscam qualificar-se, aumentando assim seus conhecimentos, com vista a melhor qualificação podendo auferir ganhos futuros. Empresários de diversos setores, bem como, empresas de Recursos Humanos buscam e investem no aumento da escolarização dos seus colaboradores, bem como, o aumento da qualificação profissional, visando à oferta de produtos e serviços de qualidade.

Segundo Mourão (2009, p. 138): “A ligação da formação profissional com o sistema educacional também é fundamental, porque o trabalho é uma forma de inserção na sociedade”. Desta forma, a educação para o trabalho também se caracteriza como uma ferramenta de promover maior equidade social, ou seja, o indivíduo que tem acesso à educação, conseqüentemente obterá maiores chances de colocação profissional.

3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa utilizaremos a abordagem exploratória qualitativa buscando entender melhor o contexto e ter uma maior interação com o objeto de estudo, visando uma compreensão mais adequada da realidade. Segundo LAKATOS, MARCONI, 2003 p. 188:

Estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas, quanto acumulação de informações detalhadas, como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em conseqüência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Entre Rios do Sul/RS, junto a Secretaria de Cidadania e Promoção Social, a partir da análise de dados, de alunos com idade entre 15 e 18 anos, matriculados nos cursos do PRONATEC-FIC no município, no período de setembro de 2013 a dezembro de 2014.

A partir da coleta de dados foram analisados número de cursos, vagas e respectiva carga horária, perfil socioeconômico dos alunos matriculados, matrículas efetivas na rede pública de ensino, números de alunos que frequentaram os cursos

disponibilizados, quantidade de alunos que concluíram seus cursos e valores financeiros recebidos pelos alunos concluintes.

Após análise dos dados foram sugeridas formas de aproveitamento desta qualificação profissional, ou seja, efetivação junto ao mercado de trabalho dos profissionais qualificados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O município de Entre Rios do Sul, foi emancipado no ano de 1989 e esta localizado ao norte do Rio Grande do Sul, distante à 425 Km da capital Porto Alegre e possui área total de 120.44 Km², sendo 59,27 % área urbana e 40,73% área rural.

Segundo dados do IBGE (2010), a população é formada por 3.080 habitantes, e o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.757¹⁷ “segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)”.

O PIB per capita no ano de 2010 fechou em R\$ 42.752,00, segundo dados disponíveis no Atlas Econômico do Rio Grande do Sul (2015). Este valor é considerado alto e, se deve as receitas dos impostos e dos royalty oriundos da instalação da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, que começou a ser construída ainda quando o município denominava-se Vila Alegre, distrito do município de São Valentim/RS, em abril de 1969 e, foi concluída em 1975.

O Município não possui ligação asfáltica, o que inviabiliza o interesse de instalação de empresas que podem gerar empregabilidade a população. Em Entre Rios do Sul, são oferecidos à população serviços básicos, como saúde, assistência e outros, porém, quando a população necessita de um exame de saúde complexo, deve-se deslocar ao Município de Erechim/RS, distante 85 km, também com via de acesso de terra.

¹⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano, criado em 1993 pelas Nações Unidas para o Desenvolvimento (IDH) varia de 0 a 1, sendo considerados de baixo desenvolvimento os países que atingem menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento os que possuem notas de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento os países que atingem pontuação superior a 0,800, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Os jovens que concluem o ensino médio no município e desejam continuar estudando, mas permanecer residindo com suas famílias, se deslocam todas as noites para a cidade de Erechim. Estes jovens tem o auxílio de 50% do custo do transporte pago pela prefeitura de Entre Rios do Sul.

Além disso, o município também auxilia no transporte de pessoas que se deslocam todos os dias para trabalhar em frigoríficos instalados nos municípios de Erechim/RS e Chapecó/SC, distante 100 km.

A partir do segundo semestre de 2013, o município realizou a pactuação com o Programa PRONATEC na modalidade FIC¹⁸, que segundo:

A Portaria Nº 168/2003, publicada pelo MEC, define em seu art. 40 que “os cursos FIC oferta- dos por intermédio da Bolsa-Formação Trabalhador serão destinados aos beneficiários com idade igual ou superior a 15 anos no ato da matrícula”. Isso permite que os jovens com 15 anos que estejam matriculados no ensino médio possam também realizar cursos FIC. Contudo, o MDS optou por orientar seus parceiros para que adotem 16 anos como idade mínima para realizar cursos PRONATEC/BSM, em consonância com a Constituição Federal, que em seu art. 7º. inciso XXXIII, proíbe “qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. (MDS, 2013, 07)

No período entre setembro de 2013 e dezembro de 2014, foram disponibilizadas 415 vagas distribuídas entre 20 cursos oferecidos pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, conforme o quadro 1:

Quadro 1: Relação de cursos e vagas oferecidas no município de Entre Rios do Sul/RS no período de setembro de 2013 a dezembro de 2014

Curso	Ofertante	Carga Horária	Alunos Matric.
Aplicador de Revestimento Cerâmico	SENAI	180	20
Auxiliar Administrativo	SENAC	180	30
Auxiliar de Recursos Humanos	SENAC	180	25
Costureiro Industrial do Vestuário	SENAI	300	15
Cuidador Infantil	SENAC	180	30
Desenhista Mecânico	SENAI	220	20
Encanador Instalador Predial	SENAI	204	14
Manicure e Pedicure Matutino	SENAC	188	20
Manicure e Pedicure Noturno	SENAC	188	20
Mecânico de Máquina de Costura	SENAI	220	16
Mecânico de Motocicletas	SENAI	320	17
Mecânico de Motores à Diesel	SENAI	240	17
Operador de Computador	SENAC	180	20
Operador de Telemarketing	SENAC	180	25
Padeiro	SENAC	300	20

¹⁸ Cursos de formação inicial e continuada de curta duração, cerca de três meses, ou 300 horas, voltados para a capacitação profissional.

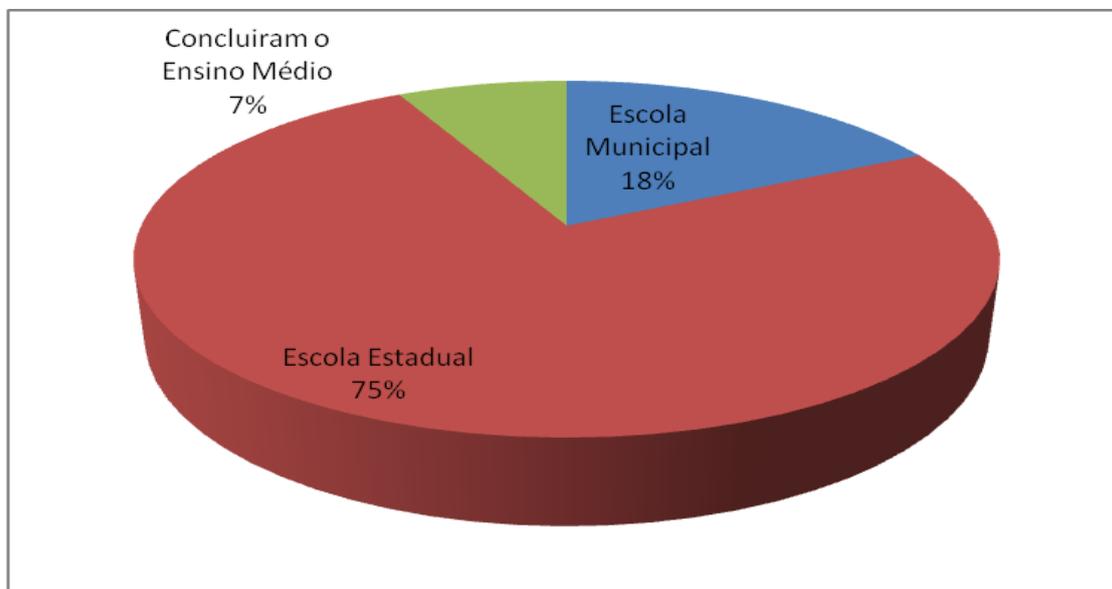
Pedreiro de Alvenaria Estrutural	SENAI	160	16
Salgadeira	SENAC	204	25
Soldador Processo Mig e Mag	SENAI	260	15
Torneiro Mecânico	SENAI	240	20
Vendedor	SENAC	200	30

Fonte: Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social, dados adaptados por Bortolin, 2015.

Conforme análise documental, realizada junto a Secretaria Municipal e Cidadania e Promoção Social, no período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, do total de vagas disponibilizadas, foram realizadas 79 matrículas de alunos entre 15 e 18 anos, em 18 cursos, sendo que deste total, 23 repetiram a matrícula em 02 cursos e 04 alunos matricularam-se em 04 cursos, totalizando 106 matrículas.

O município não possui escola particular, apenas rede municipal e estadual de ensino fundamental e médio, desta forma, conforme dados analisados, dos 79 alunos do PRONATEC, 59 alunos estavam matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barragem do Rio Passo Fundo, representando 75% dos alunos, 14 estavam matriculados na Escola Municipal e Ensino Fundamental Padre Réus, representando assim 18% dos alunos, e 06 alunos haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando totalizando 7% dos alunos PRONATEC, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Matrículas na Rede Pública de Ensino

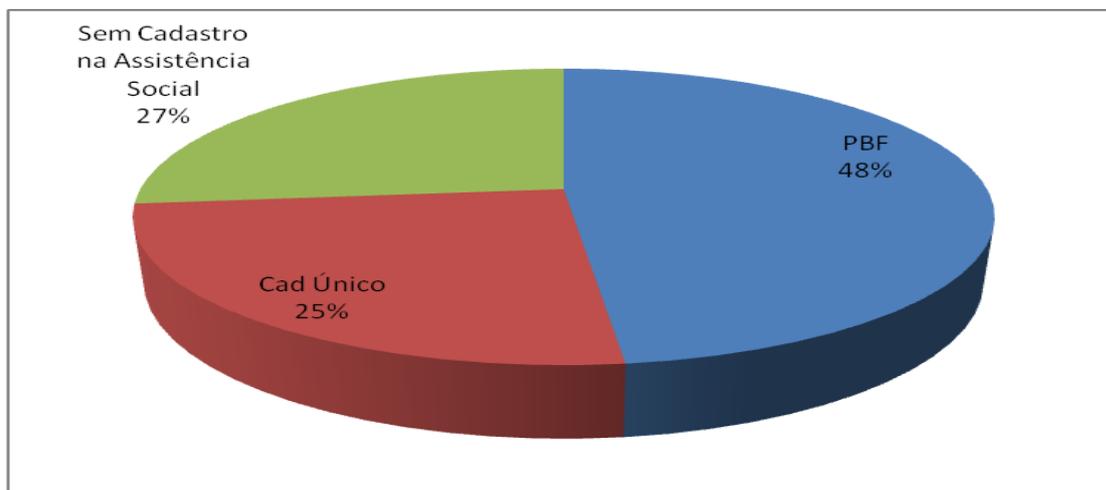


Fonte: Secretaria de Cidadania e Promoção Social, adaptado por Bortolin, 2015.

Em relação ao perfil socioeconômico dos alunos, do total de participantes do PRONATEC, no Gráfico 2, percebemos que 38 alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família, representando 48%, do montante, 20 alunos estão inscritos no Cadastro

Único, o que equivale a 25%, e 21 alunos não possuem cadastro junto a programas da Assistência Social, o que representa 27%.

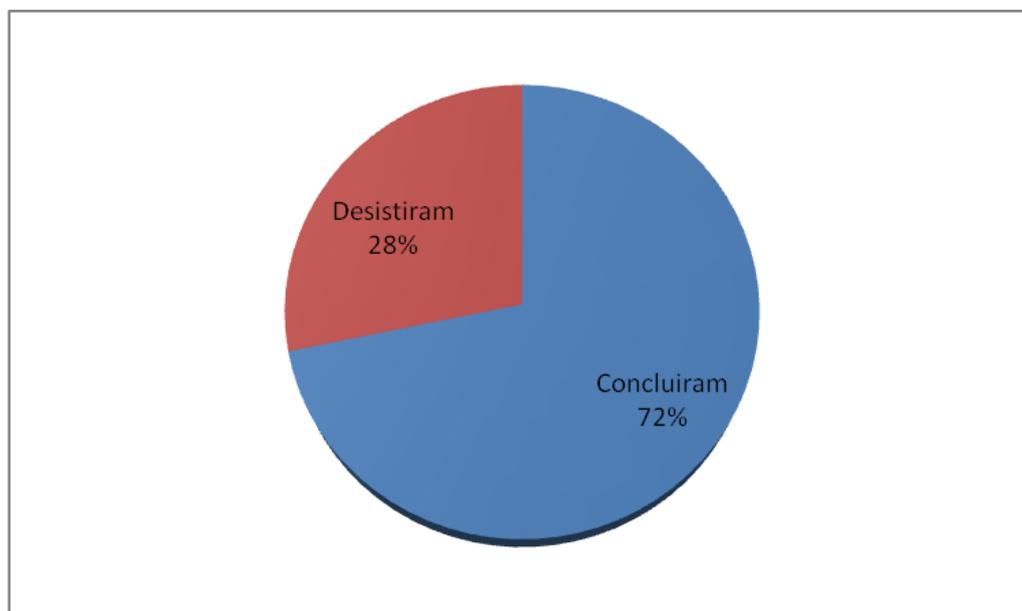
Gráfico 2 - Perfil Socioeconômico dos alunos



Fonte: Secretaria de Cidadania e Promoção Social, adaptado por Bortolin, 2015.

Outro número que podemos apresentar trata das desistências, durante os 15 meses analisados, das 106 alunos com matrículas efetivadas, apenas 76 alunos concluíram seus cursos, correspondendo a 72% de alunos que concluíram e 28% de desistências, ver Gráfico 3.

Gráfico 3: Alunos Concluintes



Fonte: Secretaria de Cidadania e Promoção Social, adaptado por Bortolin, 2015.

Levando em consideração os alunos que concluíram os cursos e, que tiveram direito a certificação, baseado no valor da bolsa formação de R\$ 2,00 (dois reais) a

hora/aula, o PRONATEC FIC de Entre Rios do Sul, rendeu o valor de R\$ 31.376,00 (trinta e um mil, trezentos e setenta e seis reais) no período analisado, conforme o demonstrativo do Quadro 2.

Quadro 2 - Valores recebidos pelo PRONATEC em Entre Rios do Sul/RS em 2013/2014

Curso	Alunos Matriculados	Alunos concluíram	Horas Aula	Bolsa Aux.	Total Recebido
Aplicador de Revestimento Cerâmico	5	4	180	2,00	1.440,00
Auxiliar Administrativo	10	7	180	2,00	2.520,00
Auxiliar de Recursos humanos	6	4	180	2,00	1.440,00
Desenhista Mecânico	10	9	220	2,00	3.960,00
Encanador Predial	2	1	204	2,00	408,00
Manicure e Pedicure - Matutino	8	7	188	2,00	2.632,00
Manicure e Pedicure – Noturno	10	8	188	2,00	3.008,00
Mecânico de Motocicletas	4	2	320	2,00	1.280,00
Mecânico de Motores à Diesel	5	2	240	2,00	960,00
Mecânico de Máquina de Costura	4	2	220	2,00	880,00
Operador de Computador	2	1	180	2,00	360,00
Operador de Telemarketing	12	10	180	2,00	3.600,00
Padeiro	6	4	300	2,00	2.400,00
Pedreiro	3	2	160	2,00	640,00
Salgadeira	3	1	204	2,00	408,00
Torneiro Mecânico	9	8	240	2,00	3.840,00
Vendedor	7	4	200	2,00	1.600,00
Total	106	76			1.376,00

Fonte: Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social. Adaptado por Bortolin, 2015.

Neste sentido, o programa PRONATEC, foi de grande valia para o município, pois oportunizou o aprendizado e a qualificação profissional de adolescentes que estão em busca de inserção junto ao mercado de trabalho.

O PRONATEC também estimulou a economia local, pois, com o valor recebido, os alunos, através do auxílio da Bolsa formação, dinheiro geralmente gasto junto ao mercado local, tais como: lojas, bares e restaurantes do município, ou seja, o dinheiro da Bolsa formação exerce um papel de fomentar a economia de consumo, independente da sazonalidade ou estação do ano. Uma por que atinge uma classe social carente desse tipo de consumo, neste caso, lanches prontos.

A Secretaria de Cidadania e Promoção Social é o órgão responsável pela pactuação dos cursos junto ao Sistema “S” e pela realização das matrículas, porém, percebe-se a necessidade de criação de um departamento junto ao Poder Público Municipal, que se responsabilize e auxilie os alunos profissionalizados pelos cursos do PRONATEC a se inserir no mercado de trabalho.

Este trabalho poderá ser realizado por meio de cadastro de currículos que poderão ser encaminhados para empresas da região, uma vez que o município auxilia com percentual do transporte. Ou seja, buscar o primeiro emprego, assim completando o ciclo, profissionalização com encaminhamento ao ramo de atividade em empresas da região.

Outro ponto verificado e, no qual o município é carente, é o incentivo ao empreendedorismo, se percebe que existe pouco acesso a informações sobre o micro crédito e ou empreendedorismo individual. Por outro lado, o mesmo departamento responsável para o envio dos currículos as empresas poderia fomentar iniciativas de empreender no município. Garantindo assim a permanência desses jovens no município, já que teria acesso à qualificação, emprego e renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que a realização do PRONATEC junto ao município, considerado de pequeno porte e, de difícil acesso é de grande valia para a população. Desde sua emancipação e no decorrer de sua história, Entre Rios do Sul/RS é a primeira vez que foi realizada uma capacitação em grande escala, ou seja, com uma diversidade de cursos com disponibilidade de vagas.

O público alvo desta pesquisa, jovens entre 15 a 18 anos, anseia por preparar-se para sua inserção no mercado de trabalho, desta forma, o programa atende as necessidades destes jovens, qualificando-os técnica e socialmente.

Nesta pesquisa verificou-se a importância da qualificação profissional como geração de oportunidades, de inserção profissional, bem como, desenvolvimento de habilidades e capacidades inerentes ao ser humano, buscando promover a igualdade social.

Além disso, perceber a importância da movimentação financeira para o comércio local, pois o recurso recebido do auxílio da bolsa formação pelos alunos acaba sendo gasto no comércio local, estimulando a economia do município e, muitas vezes oportunizando novas vagas de emprego local.

Ressalta-se que a importância de espaço para efetivação da inserção profissional, como sugestão, a criação de departamento ou setor junto ao Poder Público Municipal,

para que possa cadastrar e encaminhar currículos dos profissionais capacitados para as vagas em empresas da região.

Assim, salienta-se também a importância do estímulo à criação de micros empreendedores locais, para que possam empregar seus conhecimentos adquiridos, em seu próprio negócio e, instalados no próprio município, fomentando a produção e economia local, ou seja, gerando emprego e renda, o que impacta em outras melhorias, tais como: qualidade de vida, autoestima e índices de desenvolvimento local.

REFERENCIAS

ARREGUI, Carola C. WANDERLEY, Mariangela B. **A Vulnerabilidade Social é Atributo da pobreza?** In. Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Editora Cortez, N. 97, jan/mar. 2009.

ATLAS ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Dados Gerais de Entre Rios do Sul.** Disponível em: http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/dado_geral/mumain.asp?iIdEnt=5523&iIdMun=100143133. Acesso fev/2015.

BRASIL, **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: Dez/2014.

_____, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: Dez/2014.

_____, **Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: Dez/2014.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: Múltiplos Arranjos e Ações para Ampliar o Acesso à Educação Profissionalizante.** Rio de Janeiro/RJ : IPEA, 2014.

FIGUEIREDO , Anelice Maria Banhara.et AL. **Pesquisa Científica e Trabalho Acadêmicos.** Chapecó. Ed. Arcus Industria Gráfica Ltda., 2012.

HONORATO. Hercules G. O Pronatec e o Projeto Soldado Cidadão: Uma Articulação Necessária. In: **Anais do II Colóquio Nacional – A produção do Conhecimento em Educação Profissional.** Natal: IFRN, 2013.

JANOVIK, Ana Maria. **Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social.** Porto Alegre: DPM Educação, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Marcos Ricardo de. **PRONTEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego**: Uma crítica na Perspectiva Marxista. *In*. Revista Estudos do Trabalho, Ano VI, Numero 11, Marília /SP, UNESP, 2012. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET11.htm>. Acesso Nov/2014.

MOURÃO, Luciana. **Oportunidades de Qualificação Profissional no Brasil**: Reflexões a partir de um Panorama Quantitativo. Curitiba/PR. Rac, 2009.

SALDANHA, Letícia de Luca W. O Pronatec e a Relação Ensino Médio e Educação Profissional. In **IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1713/141> Acesso Nov/2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.